

doi:10.12662/2359-618xregea.v13i3.p105-121.2024

ARTIGOS

REFLEXÕES SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ NO ESTADO DO PARÁ

REFLECTIONS ON SOCIAL INEQUALITY IN THE MUNICIPALITY OF RONDON DO PARÁ IN THE STATE OF PARÁ

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo entender a desigualdade social em Rondon do Pará por meio das classes sociais mais ricas e mais pobres. Além disso, teve como finalidade mostrar a desigualdade social no município de Rondon do Pará por meio das classes sociais mais ricas e mais pobres. Quanto à metodologia, o estudo se define como qualitativo de caráter exploratório, e a técnica utilizada foi a história oral. Foram moradores do município em questão. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas via rede social WhatsApp com roteiro semiestruturado, aplicado a 12 moradores que se enquadram na pesquisa. Embora ambos os grupos relatem ter boas refeições diárias, a definição de "boa" varia entre as categorias sociais. Na questão habitacional, os entrevistados da categoria Classe Baixa (CB) tendem a viver em casas alugadas, enquanto os da categoria Classe alta (CA) possuem propriedades próprias, destacando-se investimentos em imóveis e automóveis.

Palavras-chave: desigualdade social; renda; políticas públicas.

Mylena Pereira Araújo
mylenaaraujo999@gmail.com
*Bacharel em Administração pela
Universidade Federal do Sul
e Sudeste do Pará. Rondon do
Pará - PA - BR.*

Sérgio Ricardo Siani
sergiosiani@unifesspa.edu.br
*Pós doutor em Economia,
Administração e Sociologia na
USP/Esalq (2022-2023). Pós
Doutor em Administração pela
UFMS (2021-2022). Professor
Ajunto de Administração da
Universidade Federal do Sul
e Sudeste do Pará. Rondon do
Pará - PA - BR.*

ABSTRACT

The present study aimed to understand social inequality in Rondon do Pará through the richest and poorest social classes. It aimed to understand social inequality in the municipality of Rondon do Pará through the richest and poorest social classes. Regarding methodology, the study is defined as qualitative and exploratory in nature, and the technique used was oral history. They were residents of the municipality in question. Data collection took place through interviews via the social network WhatsApp with a semi-structured script applied to 12 residents who fit into the research. Although both groups report having good daily meals,

the definition of "good" varies between social categories. Regarding housing, interviewees in the Lower Class (CB) category tend to live in rented houses, while those in the Upper Class (CA) category own their properties, with particular emphasis on investments in real estate and automobiles.

Keywords: social inequality; income; public policy.

1 INTRODUÇÃO

Durante a década de 1970, os processos econômicos ocasionaram acelerado crescimento da desigualdade de renda e novas formas de exclusão social; com isso, cientistas procuram formular conceitos para serem usados em pesquisas empíricas destinadas a documentar, apropriadamente, esses fenômenos (Barata *et al.*, 2013).

Nas últimas décadas, o Brasil tem apresentado enorme tendência de desigualdade na sua distribuição de renda, fazendo que os níveis de pobreza se elevem. Historicamente, é um país com exclusão social injusta onde parte de sua população não tem acesso a condições necessárias de cidadania e dignidade (Barros; Henriques; Mendonça, 2000).

No Brasil, a pobreza assume uma dimensão abrangente, enfatizando um amplo sistema de intervenções políticas. Políticas Públicas Sociais mais eficazes devem estar ligadas a políticas macroeconômicas que garantam um crescimento econômico sustentável, criação de emprego, crescimento da renda do trabalho e, sobretudo, uma melhor redistribuição de renda, que ainda está concentrada no Brasil (Silva, 2010).

Nas regiões Norte e Nordeste do país, a miséria atinge, em especial, a população preta e parda com formação fundamental incompleta. Embora os filhos queiram superar a condição de estudos, os pais acabam desistindo devido à limitação econômica da família, e, com isso, deixam a escola para sair em busca de trabalho

com o objetivo de não deixar que seu núcleo familiar passe fome (Jímenez, 2019).

Alberigi (2015) relata que o programa Bolsa Família tem por intuito proporcionar às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, em todo o país, o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Moraes e Machado (2017) complementam que o Programa Bolsa Família (PBF) possui três pilares centrais: a transferência de renda, as condicionalidades e os programas complementares.

Quando se fala em desigualdade social no Brasil, é necessário, também, falar sobre a desigualdade racial, sendo esta afirmação resultado das pesquisas executadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que indica que pessoas pretas ou pardas são as que mais sofrem no país devido à falta de oportunidades e da má distribuição de renda (IBGE EDUCA, 2021). Diante do exposto, o presente trabalho visa responder à seguinte pergunta: Como se dá a desigualdade social em Rondon do Pará por meio das classes sociais mais ricas e mais pobres?

Assim, o objetivo deste trabalho é entender a desigualdade social no município de Rondon do Pará por meio das classes sociais mais ricas e mais pobres. Ainda tendo como objetivos específicos:

- a) entender como vivem as pessoas da classe social mais pobre em Rondon do Pará e;
- b) entender como vivem as pessoas da classe social mais rica em Rondon do Pará.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, adotou-se uma metodologia qualitativa de caráter exploratório.

Vale destacar que um fator limitante absolutamente importante para a implementação da autonomia local, dos municípios é sua limitação quanto às finanças. Embora a Constituição permita arrecadação proveniente de impostos por IPTU, ITBI, ISS, a realidade para muitos municípios são as dependências, as transferências econômicas do governo federal,

já que sua arrecadação já estava destinada a pagar serviços básicos, como sua folha de pagamento (Pacheco; Sousa; Costa, 2024).

Ainda, entre as diversas competências previstas no artigo 23 da Constituição Federal de 1988, os municípios são responsáveis por promover a produção e combater as causas da pobreza e da marginalização, promover a inclusão social em diferentes setores, fazendo um esforço conjunto para alcançar o equilíbrio e promover um estado de bem-estar em cooperação com o governo estadual e federal (Mendonça; Holanda, 2016).

Este estudo se justifica, pois o combate à desigualdade social no Brasil tem sido alvo de estudiosos e formuladores de políticas públicas que estão envolvidos no reconhecimento e na execução de medidas para a sua redução (IBGE, 2019). Assim, este estudo torna-se relevante pois irá evidenciar como as classes enfrentam a desigualdade social no município.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente seção tratará o tema “Classe Social”, conhecida também por “Desigualdade Social” e “Estratificação Social”. Está dividida em 4 partes: na primeira parte (item 2.1), serão analisados os autores clássicos que abordam o tema; na segunda parte (item 2.2), serão analisados os autores contemporâneos nacionais; na terceira parte (item 2.3), a relação com Políticas Públicas, e, por último, (item 2.4) os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.1 AUTORES CLÁSSICOS

O conceito de classe social em Marx é polêmico e gera sempre opiniões divergentes, como veremos a seguir, sobre este tema, já que não existe, em suas obras, uma sistematização sobre classe social; assim, os autores contemporâneos que estudam o assunto trabalham à margem de várias passagens. Vale lembrar, também, que o regime capitalista foi sofrendo transformações durante os escritos de

Marx, o que fez que ele fosse atualizando seus conceitos (Campos; Cassin, 2018; Lima, 2005).

Como bem lembra Lima (2005) no epílogo de sua maior obra, o livro “O Capital”, é encontrado o que seria a definição de Marx sobre classe social. Assim, ele começa sua articulação entre classe social e o modo de produção capitalista:

Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção (Marx, 1984, p. 99).

Podemos verificar que o conceito de classe social surge, no texto, com dois sentidos, de um lado, fala da força do trabalho como forma de dominação política e exploração econômica; e de outro, indica uma categoria de sujeitos que vendem sua força de trabalho e são explorados pelo primeiro grupo.

Weber (1976) explorou a questão da estratificação social nos seus trabalhos. O autor entendia que a classe social privilegiada era dividida em duas: as classes dos proprietários (donos de terras, prédios e pessoas) e as classes comerciais (pessoas proprietárias de bens, serviços, banqueiros e outros mercantilistas). As classes desprivilegiadas estavam classificadas em 3 tipos: qualificadas, semiqualficadas e sem qualificação. Entre as classes privilegiadas e não privilegiadas, há classes intermediárias, formadas por vários profissionais: agricultores, carpinteiros, funcionários públicos e outros. Então, concluiu a existência de 4 classes: a classe trabalhadora, a pequena burguesia, os especialistas e a classe privilegiada. Portanto, Weber (1976) classificou em 3 dimensões a desigualdade social: classe, poder e prestígio, que vamos analisar a seguir.

Na primeira dimensão identificada como classe, o autor define que são as oportunidades

de vida, ou a condição econômica em que a posição de classe resulta de algumas condições: do prestígio ocupacional, educação, experiência e níveis de qualificação, herança, sorte, ambição e meio formativo familiar. É válido lembrar que Marx entendia que classe social dependia apenas dos meios de produção (Johnson, 1997).

A segunda dimensão – a desigualdade – está ligada ao poder, em relação à ordem política, representada pelo “partido” (mas não está se referindo a um partido político, mas sim a uma ação comunal). Essa dimensão leva ao poder de forma burocrática, organizada perante a sociedade, e as pessoas são impotentes, a menos que estejam em algumas organizações (governo, sindicatos e outros). Entende que a ação do partido está focada na aquisição do poder dirigido a um objetivo de luta, e essa é a principal determinante na definição de classe, e não o poder econômico da pessoa ou o prestígio (Weber, 1976).

A terceira dimensão – prestígio – está ligado ao status, uma diferenciação que uma pessoa desfruta em relação à outra. Também demonstrado pelo estilo de vida, ou pertencimento a um determinado círculo e pelas preferências, como usar certas indumentárias, comer pratos especiais ou ter práticas artísticas não ligadas à vida profissional. Destaca, ainda, que o prestígio é um recurso necessariamente desigual para que ele possa existir (Weber, 1976).

Resumidamente, a estratificação social tem como variáveis as relações de produção, do status social, dos poderes político e econômico e ainda as oportunidades que os indivíduos ou grupos sociais têm para adquirirem bens. As oportunidades de ascensão social estão vinculadas às variações econômicas do mercado. Os grupos que estão na parte de cima da pirâmide social são reconhecidos pelo status, padrão de vida, além das oportunidades e fatores econômicos. Neste caso, apesar de ser importante, a renda não é um fator essencial. Outro aspecto importante é que o status, dentro da estratificação social, depende das distinções e da mobilidade social, que também sofre

influência do gênero, condições de saúde, cor e idade (Cruz, 2019).

Bourdieu (1999, 1979) preocupou-se em analisar a relação entre classes sociais e consumo. Ele entende o mundo do consumo como um lugar em que as relações de poder se manifestam, e este campo é multidimensional, ou seja, em várias posições e localizações pelo “capital” que elas possuísem. Essas formas mais importantes de capital seriam as econômicas e as culturais.

Bourdieu (1979) propôs um modelo teórico com 3 recursos ou capital: o econômico, o cultural e o social, que estão no campo do consumo e competem por status. Explica que o capital cultural tem três formas primárias: conhecimento, habilidades e disposições práticas e implícitas. Tudo materializado por objetos culturais e formalizado por diplomas e certificados que comprovam a existência desta forma incorporada. Ainda, as pessoas que se diferem pelo capital cultural têm altos níveis educacionais, têm pensamento abstrato, profissões com ênfase em uma produção simbólica.

O autor sugere que uma classe jamais poderia ser definida apenas pelas relações que mantivessem com outras classes sociais e, quando os membros de uma determinada classe social estivessem envolvidos de forma deliberada com indivíduos de outras classes, apresentar-se-iam as diferenças em casos de situação e outros de oposição, e que isso seria a marca da distinção entre elas (Bourdieu, 1979).

Bourdieu (1999) ainda observou que os critérios de pertinência a uma determinada classe social variam de uma classe para a outra. Desse modo, as classes inferiores valorizam muito o dinheiro, enquanto as classes médias estão ligadas ao dinheiro, mas também à moralidade, e as classes superiores dão valor ao nascimento e ao estilo de vida.

Para Mills (1979), a nova classe média é formada por profissionais autônomos e novos profissionais que surgem com o desenvolvimento econômico, como técnicos, executivos, comerciários, professores já com

novas práticas de consumo, moradia e lazer. E os trabalhadores manuais são aqueles operários com baixa ascensão e sem nenhuma condição de autonomia, ligados à produção.

Mills (1979) ainda conclui que a classe social é bastante heterogênea e, entre a classe pobre e a burguesia, existem várias camadas intermediárias, mas é o comportamento dos colarinhos-brancos que evidencia a nova classe média, que valoriza o prestígio e o status.

2.2 AUTORES CONTEMPORÂNEOS NACIONAIS

A desigualdade econômica no Brasil ocorre por meio da incorreta distribuição de renda entre a população; logo isso faz que sejam divididos em alguns tipos de classes (ricos e pobres). Os ricos buscam manter-se distantes dos pobres e só pensam em usufruir do dinheiro para si, fazendo que esta desigualdade aumente a cada dia. As classes mencionadas por Silva (2012) referem-se à (A1, A2, B1, B2, C, D, E) em que, por meio dessa divisão de classes, surge, então, a exclusão social (Silva, 2012).

Na tabela a seguir, será demonstrada a renda mensal para os respectivos extratos econômicos, baseados na Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas - ABEP, tomando-se por base o ano de 2021.

Tabela 1 – Renda Média Domiciliar

ESTRATO SOCIOECONÔMICO	RENDA MÉDIA DOMICILIAR (R\$)
A	22.749,24
B1	10.788,56
B2	5.721,72
C1	3.194,33
C2	1.894,95
D e E	862,41

Fonte: elaborada pela autora com base na Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP, 2021).

Para Silva (2012), a desigualdade social é resumida em muitos com pouco e poucos com muito. Esse fenômeno ocorre por consequência

da distribuição feita de forma errada, ou seja, injusta. Pode-se considerar o capitalismo como um dos responsáveis por influenciar a desigualdade no mundo, embora esse fenômeno exista desde a época do Feudalismo. No Brasil, não acontece de maneira diferente, pois a desigualdade social é uma herança das diferenças sociais (escravidão, preconceito e racismo) que, infelizmente, é passada por gerações. A desigualdade no país envolve questões econômicas, de gênero, componente racial etc.

Segundo Rocha (2018), devido à insuficiência de proteção estatal que atendesse às necessidades básicas da população brasileira, ocasionou-se ampla mobilização social que procurava a ampliação dos direitos sociais no Brasil. Essas reivindicações exigiam serviços que garantissem a totalidade de acesso a todos os cidadãos para que passassem a ser defendidos socialmente. As agitações populares juntaram-se em forças para a promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988, acompanhada da Seguridade Social, composta pelo tripé: Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Neri (2013) aponta que classe média no Brasil não pode ser comparada à norteamericana, nem europeia, mas, sim à classe média mundial já que a desigualdade brasileira é um pouco menor que a mundial. Em 2003, aproximadamente 37% da população brasileira fazia parte da classe média; já, em 2013, passou dos 50% da população.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Agum, Riscado e Menezes (2015) entendem política pública como a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo simbólico ou concreto de decisões que são reconhecidas como políticas, ou seja, o campo de construção e atuação de decisões políticas.

O Brasil tem enfrentado um processo em que a demografia populacional está em aumento. Nas últimas décadas, desde a década de 1980, a população tem aumentado de forma acelerada. Entre 1950 e 1980, a população aumentou 130%,

uma vez que, nos 30 anos seguintes, a população aumentou 60,3%. E, ainda, a previsão do IBGE é que a população chegue em 2040 com uma população 19,6% maior que em 2010 (Miranda; Mendes; Silva, 2017).

Segundo Batista, Jaccoud e El-Moor (2008, p. 138), diferentemente das sociedades que envelheceram em ritmo mais lento e se adaptaram, gradativamente, a essa situação, “o Brasil enfrenta a exigência de, com certa urgência, ampliar o entendimento das implicações de ordem demográfica, econômica e social do processo de envelhecimento e organizar políticas para enfrentá-las”. Assim, é de fundamental importância que as políticas públicas respondam a essa demanda gerada pelo aumento da população demográfica.

De acordo com Marques (2008), o programa Bolsa Família é reconhecido pelo Governo Federal como a política social criada para o enfrentamento da exclusão social e da miséria, sendo essas consideradas dívidas históricas da desigualdade brasileira.

Alberigi (2015) relata que o programa Bolsa Família tem por finalidade proporcionar o acesso de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, em todo o país, aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. A criação do programa ocorreu pela MP nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida, posteriormente, na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro, pelo Governo Lula e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004.

Segundo a organização das políticas de redução da pobreza, o Brasil se encontra em um nível no qual já é possível passar para uma nova etapa capaz de elaborar políticas de geração de emprego e renda para inclusão produtiva. No ano de 2011, por meio do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, foram reforçadas ações focadas na inclusão produtiva, como cursos de qualificação profissional e educação básica, os quais tiveram efeitos alavancados ao longo de 2012. Apenas no ano de 2013, seus resultados passaram a ser mais expressivos, até atingir a meta desejada de ofertar um milhão de vagas em 2014 (Ruckert; Rabelo, 2013).

Melito (2020) aponta que o Programa Bolsa Família teve diminuição referente às famílias atendidas durante os anos de 2012 (15,9%) a 2018 (13,7%) como aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). A verba prevista para 2020 foi de R\$ 29,5 bilhões, abaixo dos R\$32 bilhões destinados ao programa em 2019.

2.4 DADOS SOBRE DESIGUALDADE SOCIAL DO IBGE

Quando se refere à distribuição de renda dos cidadãos, o Brasil continua sendo o nono país mais desigual do mundo e, com o passar dos anos, sua situação vem piorando. Essa afirmação é indicada pela Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com base nos parâmetros do Banco Mundial (Bird) (Batista, 2020).

A pandemia de Covid-19 teve suma importância na desigualdade social no Brasil, pois pessoas que fazem parte das camadas mais vulneráveis no país são as que mais tiveram dificuldades durante a pandemia, já que havia ausência de vacinas e medidas de combate ao vírus que, nas camadas mais pobres, havia mais dificuldades, como a adesão a medidas de segurança devido a não conseguirem adequar-se a seu trabalho de forma remota e, também, a dificuldade em adquirir produtos de higiene (Esteves, 2021).

Relacionada à saúde, historicamente, a desigualdade social está presente na sociedade brasileira, e suas consequências são apresentadas no cotidiano da população, principalmente, por meio dos serviços públicos de saúde, evidenciando as relações entre pobreza e saúde. (Pitombeira; Oliveira, 2020).

Segundo pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – Rede PENSSAN (2021), no primeiro ano de pandemia, aproximadamente 116,8 milhões de brasileiros não tinham plano e constante acesso a alimentos. Nesse quesito, 43,4 milhões (20,5% da população) não tinham acesso a alimentos em quantidade necessária e

19,1 milhões (9% da população) encontravam-se em situação de passar fome (insegurança alimentar grave). Esse cenário só foi possível devido à combinação das crises econômica, política e sanitária.

No Brasil, quando se fala de desigualdade social, está-se falando, também, de desigualdade racial. Como fruto de pesquisas realizadas pelo IBGE, esta afirmação destaca que as pessoas que mais sofrem no país com a falta de oportunidades e a distribuição desigual de renda são pretas e pardas (IBGE EDUCA, 2021).

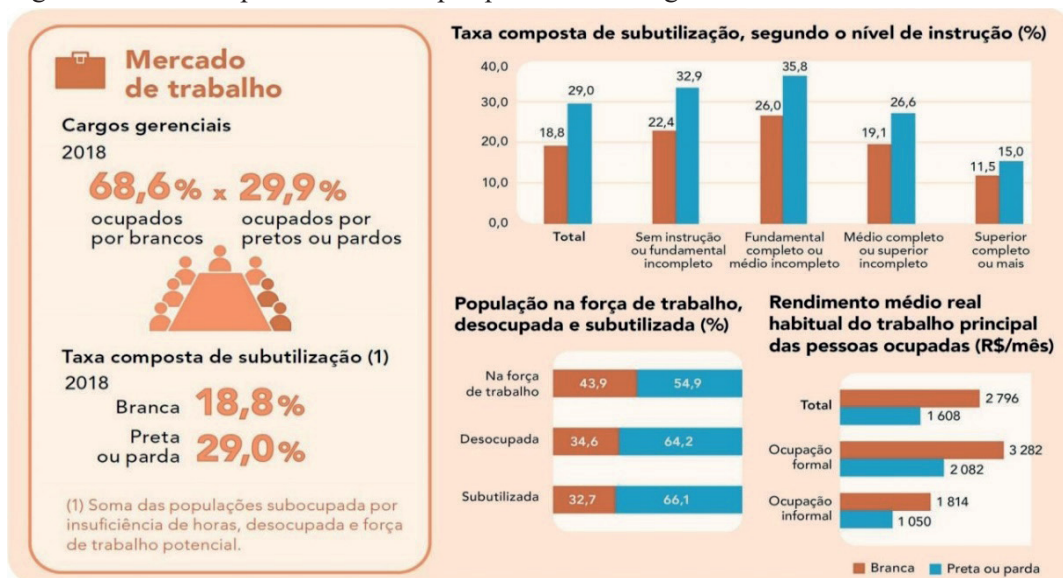
Mesmo caracterizando cerca de 55,8% da população brasileira e cerca de 54,9% da força de trabalho do país, somente 29,9% destas pessoas estão à frente de cargos de gerência, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, 2018 (IBGE EDUCA, 2021).

Em 2018, a concentração de renda sofreu aumento, segundo estudo divulgado pelo IBGE, no qual reforça a extrema desigualdade social no país, visto que o rendimento de

trabalho médio mensal da população mais rica (1%) foi de quase 34 vezes maior do que o da metade da população mais pobre, no mesmo ano, significando que a maior parcela populacional teve um ganho médio mensal de R\$27.744,00, enquanto os outros 50% da população desfavorecida tiveram um ganho de R\$820,00, segundo dados da PNAD continuada (ANFIP, 2019).

Nota-se que esta desvantagem também se aplica ao ganho mensal de cada cor ou raça. Pessoas pretas ou pardas têm rendimento médio mensal em torno de R\$ 1.608,00 contra os R\$ 2.796,00 das pessoas brancas. Quando se leva em consideração o nível de escolaridade, esta desigualdade ainda é mantida, pois a maior parte das ocupações informais e de desocupação é composta por pessoas preta ou parda, mesmo levando em consideração o seu nível de instrução. Entre aqueles que concluíram o ensino superior, essa diferença tende a ser um pouco menor (IBGE EDUCA, 2021).

Figura 1 – Dados representativos de pesquisa sobre desigualdade social



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018 (IBGE EDUCA, 2021).

Levando em consideração o ano 2012, a extrema pobreza se agravou em 2019, pois, nos últimos sete anos, houve aumento de 7% de pessoas que estão na miséria. Sendo assim, 13,6 milhões de pessoas estavam na situação de extremamente pobres. Os pretos e pardos, principalmente as mulheres, são os mais afetados (Batista, 2020).

No primeiro trimestre do ano de 2020, a pesquisa identifica que a desigualdade permaneceu acentuada em diversos segmentos. O desemprego no quarto trimestre entre pessoas que se declararam pretas ou pardas aumentou de 13,5% e 12,6% para, 15,2% e 14% respectivamente. Entre pessoas declaradas brancas avançou de 8,7% para 9,8%. Referente à desocupação, **houve taxa estimada em 10,4% para os homens e 14,5% para as mulheres** (CEERT, 2020).

No Brasil, a taxa de informalidade passou de 41% para 39,9%, já entre as unidades da federação, observa-se que as maiores taxas foram apresentadas nos estados do Pará (61,4%) e Maranhão (61,2%), tendo as menores taxas em Santa Catarina (26,6%) e Distrito Federal (29,8%). Mesmo que a taxa de informalidade tenha se mantido estável em 18 estados, ela ainda ficou com média nacional (39,9%) entre os estados, (CEERT, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste estudo, utilizou-se uma abordagem qualitativa. Lima e Moreira (2015) definem a pesquisa qualitativa como uma investigação e percepção mais abrangente dos significados e características situacionais do caso abordado, na qual permite maior aprofundamento e ampliação do caso investigado. A pesquisa define-se como de caráter exploratória que tem, como principal finalidade, o desenvolvimento, o esclarecimento e a modificação de conceitos e ideias, visando à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para novos estudos (Gil, 2008).

Como técnica, este estudo utilizou-se da história oral que ocorre além de entrevistar pessoas dispostas a responder às perguntas prontas espontaneamente com um gravador ao lado. Ao escolher pessoas que se adequem ao tema, o pesquisador deve sempre se questionar como o entrevistado vê ou vivenciou o tema (Alberti, 2005). Caracteriza-se como entrevista semiestruturada em que o pesquisador executa um roteiro de perguntas principais, e, durante a entrevista, são complementadas por questões

ligadas às circunstâncias repentinas à entrevista (Manzini, 1990).

O objeto de análise do presente estudo foram moradores do município de Rondon do Pará. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o referido município conta com uma população de 53.242 habitantes e com área total de 8.246.39 km².

A economia de Rondon do Pará é pouco diversificada e é caracterizada, principalmente, pela agricultura e pecuária. As principais culturas são o cultivo da soja e a pecuária. Em termos de estrutura social, Rondon do Pará possui algumas classes sociais, refletindo diferenças tipicamente encontradas em áreas rurais onde as pessoas possuem terras ou trabalham para elas. Porém, a cidade possui um comércio local próspero com filiais de grandes bancos e lojas de grandes redes. Em termos de infraestrutura, Rondon do Pará possui diversas oportunidades importantes para o bem-estar de seus moradores. As mais importantes são a presença do Hospital Municipal de Rondon do Pará, da Escola Estadual de Ensino Médio Dionísio Bentes Carvalho e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa.

Em suma, Rondon do Pará desempenha um papel importante no contexto nacional, promovendo desenvolvimento social da região. No entanto, é importante continuar a investigar e monitorizar as dinâmicas locais para impulsionar políticas mais eficazes a fim de reduzir a desigualdade social e econômica.

A amostra é dividida em duas categorias: a) pessoas da classe mais alta e; b) pessoas da classe mais baixa. Foram escolhidas 6 (seis) pessoas de cada classe social em função da conveniência da pesquisadora. Vale destacar que este tipo de amostra existe quando Oliveira (2017, p. 3) “o pesquisador seleciona membros da população mais acessíveis a ele”. As entrevistas realizaram-se com base no roteiro de perguntas (Anexo I).

Vale destacar que foi utilizada a amostra por conveniência, visto que Rondon do Pará é o local onde residem os autores deste trabalho. Assim como destacou Freitag (2018, p. 671) “Em uma amostra por conveniência, o

pesquisador de campo seleciona falantes da população em estudo que se mostrem mais acessíveis, colaborativos ou disponíveis para participar do processo”.

Neste estudo, foi entrevistado um total de 12 (doze) moradores que se enquadram no tema da pesquisa. Para manter a privacidade dos entrevistados, foi decidido não utilizar seus nomes e, sim, nomes fictícios escolhidos pela autora. Os respondentes da classe social mais alta foram identificados pela sigla CA e numerados de 01 a 06 e, da mesma forma, os respondentes da classe social mais baixa foram identificados pela sigla CB e numerados, também, de 1 a 6, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Informações sobre os entrevistados

Apelido e idade	Profissão	Sigla
Ana, 25 anos	Estudante	CB – 01
Joana, 24 anos	Operador de Caixa	CB – 02
Maria, 33 anos	Doméstica	CB – 03
José, 28 anos	Assessor de Vendas	CB – 04
Lúcia, 22 anos	Doméstica	CB – 05
Lorena, 25 anos	Autônoma	CB – 06
Júlia, 40 anos	Empresária	CA – 01
Stella, 46 anos	Autônoma e Lavradora	CA – 02
Pedro, 42 anos	Autônomo	CA – 03
Paula, 48 anos	Funcionária pública	CA – 04
Leticia, 22 anos	Empreendedora	CA – 05
Raiane, 44 anos	Agricultora	CA – 06

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Depois de coletados, os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, que, de acordo com Bardin (2011), constitui-se no desmembramento do texto em categorias agrupadas analogicamente, e a análise categorial se respalda no fato de que é a melhor alternativa quando se busca estudar valores, opiniões, crenças e atitudes por meio de dados qualitativos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Por meio das entrevistas, o estudo foi dividido em categorias sendo elas: Trabalho e renda (4.1), Alimentação (4.2), Moradia (4.3), Patrimônios (4.4), Saúde (4.5), Sonhos (4.6), e Sugestões ao Governo (4.7).

4.1 TRABALHO E RENDA

Quando perguntado aos entrevistados acerca de sua renda mensal, sobre sua principal fonte de renda familiar e seu dia a dia, todos

foram diretos. A entrevistada CB-01 informou que sua vida “sempre foi um pouco complicada, sou de família pobre”. Relatou que: “Para estudar, dependo de auxílios que recebo do governo por meio da universidade e, com muitas dificuldades, pago as contas, pois não é muita coisa que ganho. Já cuidei de crianças para ter mais renda. Só que, com a pandemia, eu perdi esse serviço”.

Identificou-se que a renda média de CB-02, 03 e 04 ficou entre R\$ 1.100,00 e R\$ 2.000,00, e a renda média de CB 01, 05 e 06 é de menos de um salário-mínimo e depende de ajuda do governo. Enquanto a classe CA 01 e 06 ganham mais de R\$ 20 mil e o CA 02 e 03 ganham entre 5 e 10 mil, e CA-04 entre 2 mil a 5 mil, e o CA-05 recebe entre 10 e 20 mil.

A entrevistada CB-02 informa que, devido ao seu trabalho, sua vida é “muito corrida”, mas considera isso como algo normal. Já CB-03 diz não conseguir sair durante a semana devido à exaustão que seu trabalho causa. O entrevistado CB-04 define seu trabalho como algo “muito exaustivo”, já CB-05 e CB-06 relatam que seus trabalhos exigem muita correria e acabam tendo pouco tempo de lazer com a família.

Os entrevistados CA-01, CA-02 e CA-03 definem seu dia a dia como normal, porém, corrido e de muito trabalho. CA-04 considera “tranquilo”, já CA-05 diz não conseguir ter uma rotina devido a morar no seu local de trabalho. CA-06 declara “tenho que ficar me dividindo entre a casa dos meus filhos, a fazenda e a casa dos meus pais. Então, não tenho uma rotina certa.”

Referente à distribuição de renda para Silva (2012), a desigualdade econômica no Brasil ocorre por meio da incorreta distribuição de renda entre a população, e isso faz que sejam separados em dois tipos de classes (ricos e pobres). Os ricos buscam manter distância dos pobres, e só pensam em usufruir do dinheiro para si, fazendo que esta desigualdade aumente a cada dia. As classes mencionadas pelo autor referem-se à A1, A2, B1, B2, C, D, E, em que, a partir dessa separação de classes, surge, então, a exclusão social (Silva, 2012).

A tabela abaixo mostra os valores aproximados da renda mensal dos entrevistados.

Tabela 2 – Renda mensal entrevistados

Entrevistado	Renda mensal
CB - 01	Menos de 1 salário-mínimo (R\$ 1.100,00)
CB - 02	Entre R\$ 1.100,00 e R\$ 2.000,00
CB - 03	Entre R\$ 1.100,00 e R\$ 2.000,00
CB - 04	Entre R\$ 1.100,00 e R\$ 2.000,00
CB - 05	Menos de 1 salário-mínimo (R\$ 1.100,00)
CB - 06	Menos de 1 salário-mínimo (R\$ 1.100,00)
CA - 01	Acima de R\$ 20.000,00
CA - 02	Entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00.
CA - 03	Entre R\$ 5.000,00 e R\$ 10.000,00.
CA - 04	Entre R\$ 2.000,00 e R\$ 5.000,00
CA - 05	Entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00.
CA - 06	Acima de R\$ 20.000,00.

Fonte: dados da pesquisa (2022).

4.2 ALIMENTAÇÃO

Quando questionados como são suas refeições, parte dos entrevistados relatou ser “boa e saudável”. A entrevistada CA-06 informou ser “bem saudável já que é feita por recomendação médica”. Já CB-01 declarou que:

Com a pandemia, as coisas pioraram porque tudo ficou mais caro. Então se alimentar adequadamente ficou mais difícil, tipo comer frutas e verduras tem sido com menor frequência, porque só tem dado para comprar o básico: arroz, feijão, frango e ovo. Faço 3 refeições. Café da manhã: bolacha e café com leite. No almoço e janta: arroz, feijão e proteína (frango, ovo, charque e de vez enquanto carne).

Os demais entrevistados decidiram falar apenas a quantidade de refeições feitas durante o dia; porém, todos informaram ter uma alimentação boa como mencionado anteriormente.

Referente à alimentação, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2021) divulgou que, durante o primeiro ano de pandemia, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos; desses, 43,4 milhões não tinham acesso a alimentos em quantidade necessária, e 19,1 milhões estavam passando fome (insegurança alimentar grave). Esse cenário só foi possível devido à combinação das crises econômica, política e sanitária.

A tabela abaixo descreve a quantidade de refeições de cada entrevistado.

Tabela 3 – Refeições dos entrevistados

Entrevistado	Quantidade de refeições por dia
CB – 01	3 refeições
CB – 02	3 refeições
CB – 03	4 refeições
CB – 04	3 refeições
CB – 05	4 refeições
CB – 06	3 refeições
CA – 01	4 refeições
CA – 02	4 refeições
CA – 03	4 refeições
CA – 04	4 refeições
CA – 05	5 refeições
CA – 06	5 refeições

Fonte: dados da pesquisa (2022).

4.3 MORADIA

Referente à moradia, a entrevistada CA-01 informou que sua casa tem 3 quartos, 2 banheiros, uma sala de TV, uma sala de jantar, um escritório, uma área de serviço com banheiro e uma dispensa em um total de 11 cômodos na qual moram 4 pessoas. Já CB-03 mora com seus padrões em uma casa que conta com 9 cômodos e é própria. CB-01 reside em uma casa de aluguel com 4 cômodos, sendo eles 2 quartos, uma sala/cozinha e um banheiro

A entrevistada CA-05 relata que sua moradia é “grande” com um total de 5 quartos e um total de 10 cômodos, sendo casa própria e residem 3 pessoas no seu domicílio. Quando questionada sobre sua moradia, CA-04 informa que “atualmente a gente vive em casa própria, graças a Deus com meu esforço e trabalho juntamente com meu marido conseguimos conquistar isso. Ela conta com 3 suítes, 2 salas, 1 cozinha e 2 áreas”.

Os demais entrevistados optaram por não especificar como são suas moradias e informaram apenas as quantidades de cômodos e se ela é alugada ou própria como mostra a tabela abaixo.

Tabela 4 – Moradia dos entrevistados

Entrevistado	Quantidade de cômodos	Alugada ou própria
CB - 01	4 cômodos	Alugada
CB - 02	7 cômodos	Própria
CB - 03	9 cômodos	Própria
CB - 04	4 cômodos	Própria
CB - 05	7 cômodos	Própria
CB - 06	4 cômodos	Alugada
CA - 01	11 cômodos	Própria
CA - 02	8 cômodos	Própria
CA - 03	6 cômodos	Própria
CA - 04	8 cômodos	Própria
CA - 05	10 cômodos	Própria
CA - 06	8 cômodos	Própria

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Para complementar as falas dos entrevistados, a colocação de Mills (1979) aponta que a nova classe média é formada por profissionais autônomos e novos profissionais que surgem com

o desenvolvimento econômico, como técnicos, executivos, comerciários, professores já com novas práticas de consumo, moradia e lazer. Exemplifica a capacidade financeira e moradia dos entrevistados.

4.4 PATRIMÔNIOS

Durante as entrevistas, foi questionado aos entrevistados sobre seus patrimônios, e CB-05 e CB-06 informaram não ter patrimônios. Já CB-02 e CB-04 têm uma moto e CB-03 tem um terreno. A entrevistada CB-01 afirmou que, no momento, tem apenas “coisas de casa” (eletrodomésticos), mas não possui nenhum imóvel.

Todos os entrevistados da classe social mais alta (CA) informaram ter imóveis, automóveis, fazenda, sítios ou gados. Devido a algumas questões que surgiram diante da pandemia, CA-04 relata que teve que se desfazer de alguns bens; porém, atualmente, tem duas propriedades em seu nome.

No quesito patrimônios, Silva (2012) relata que a desigualdade social é resumida em muitos com pouco e poucos com muito. Este fenômeno ocorre por consequência da distribuição feita de forma errada, ou seja, injusta. Essa colocação demonstra a diferença em patrimônios dos entrevistados.

4.5 SAÚDE

No tópico saúde, foi questionado aos entrevistados como era sua vida antes e depois da Covid-19. Todos relataram que se preocupam com sua saúde e a de seus familiares. CB-02 informou que, devido à Covid-19, passou a ter preocupações com os familiares com medo da doença, porém frisou que “sou de me cuidar, mas não exageradamente”. Já CB-03 diz que, antes da pandemia, sua vida era comum (sair com os amigos) e após só piorou já que teve que ficar isolada em casa.

De acordo com CB-04, “essa doença afeta diretamente nossa saúde mental.” Os entrevistados CA-02 e CA-03 relatam que tanto o profissional quanto o pessoal pioram já

que muitas pessoas não tinham como trabalhar. Ainda referente à dificuldade de trabalho, a entrevistada CA-05 complementa “como sou empreendedora em relação à Covid, ficou difícil para vender no início, já agora tudo está voltando de novo as vendas, mas, no início, foi muito ruim uma queda muito complicada”.

Esteves (2021) informa que a pandemia de Covid-19 teve vasta importância na desigualdade social no Brasil, pois pessoas que fazem parte das camadas mais vulneráveis no país são as que mais tiveram dificuldades durante a referida pandemia, já que havia ausência de vacinas e medidas de combate ao vírus, aspectos que, nas camadas mais pobres, teve maiores dificuldades, como a adesão a medidas de segurança devido a não conseguirem se adequar a seu trabalho de forma remota e também a dificuldade em adquirir produtos de higiene.

Quando questionados sobre ter plano de saúde, todos os entrevistados da classe social mais baixa (CB) informaram não ter; já na classe (CA) apenas os entrevistados CA-03 e CA-5 não têm plano de saúde.

4.6 SONHOS

Em relação aos questionamentos sobre quais são seus sonhos, as entrevistadas CA-02 e CA-06 têm como maior sonho ver seus filhos formados na universidade. CB-01 tem como principal sonho terminar a faculdade e poder trabalhar para que, no futuro, possa estudar mais e assim poder ser uma docente. CB-02 e CB-04 desejam ter estabilidade financeira. CB-03 quer que o ser humano passe a ajudar mais o próximo e que os cachorros de rua encontrem um lar.

Os entrevistados CA-03 e CA-05 almejam continuar seus empreendimentos para que possam ser “grandes” empresários e terminarem o ensino superior. Para a entrevistada CA-01, “meu sonho é um dia poder ser ainda melhor do que hoje”. CB-05 sonha um dia ser Polícia Rodoviária Federal (PRF) ou veterinária, e CA-04 sonha que seus filhos possam alcançar tudo o que desejam.

4.7 SUGESTÕES AO GOVERNO

Foi questionado aos entrevistados quais sugestões dariam ao governo para melhorar a qualidade de vida. CA-06, CB-02 e CB-03 entendem que, gerar novos empregos é a forma mais adequada, além de melhorar a saúde do município, seja no hospital municipal, seja nos postos de saúde. Os entrevistados CB-04, CB-05 e CB-06 acreditam que a melhor maneira é por meio das políticas públicas.

CA-01 relata que os governantes devem-se colocar mais no lugar dos moradores em vez de se preocuparem apenas nos seus patrimônios. CA-02, CA-03 e CA-04 apontam que investir na educação é a solução para melhorar a qualidade de vida no município. CA-05 acha que olhar mais para questões como bolsas e auxílios é a solução, devido às muitas famílias que sobrevivem apenas com o Bolsa Família. A entrevistada CB-01 tem como sugestão que o governo deixe mais acessíveis ao público os serviços que são oferecidos, pois, segundo ela, “temos agentes de saúde na folha de pagamento do município, mas, dificilmente eles vão às casas das famílias. Acredito que todo o povo deve ser atendido por eles independentemente da sua condição financeira, idade e estado de saúde”.

Parte dos entrevistados apontam que uma melhor condição de serviços públicos seja a solução para mudar o atual momento de desigualdade. Relacionado à saúde, historicamente, a desigualdade social está presente na sociedade brasileira, e suas consequências são apresentadas no cotidiano da população principalmente por meio dos serviços públicos de saúde evidenciando as relações entre pobreza e saúde (Pitombeira; Oliveira, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo entender a desigualdade social em Rondon do Pará por meio das classes sociais mais ricas e mais pobres. Como questão de pesquisa,

buscou-se responder à seguinte pergunta: Como se dá a desigualdade social em Rondon do Pará por meio das classes sociais mais ricas e mais pobres? Ainda tendo como objetivos específicos:

- a) entender como vivem as pessoas da classe social mais pobre em Rondon do Pará e;
- b) entender como vivem as pessoas da classe social mais rica em Rondon do Pará.

Por meio das entrevistas realizadas, nota-se que, referente à categoria renda, existe grande diferença entre os entrevistados, tanto da classe mais rica quanto da classe mais pobre, embora todos informem ter uma vida muito corrida devido ao trabalho. Ao analisar os valores de renda mensal fornecidos pelos entrevistados, constata-se que todos da categoria CB fazem parte das classes C2, D ou E, já os da categoria CA estão nas classes A, B1 ou B2 conforme tabela 1.

Referente ao tópico renda, pode-se verificar que a CB ainda que tenha uma renda mensal entre 1 e 2 mil reais, verifica-se não viver em extrema pobreza, tendo uma vida simples, digna e não passando por necessidades básicas, e uma rotina de trabalho bem definida. Enquanto a CA, até em função da sua renda, não tem uma rotina de trabalho tão bem definida, já que tem um trabalho no qual acontecem muitos imprevistos, típico de quem tem uma vida de empresário ou autônomo.

Relacionado à alimentação, os entrevistados definiram como tendo uma boa refeição variando entre 3 até 5 por dia, porém optaram por não mencionar quais alimentos eram consumidos e o que, para uma pessoa da categoria CB é considerada “boa, acaba não sendo para pessoas da categoria CA, não havendo nesse quesito uma variação muito grande entre as classes sociais. Assim, parece que, para a população entrevistada, esse é um quesito muito importante.

Referente à moradia e aos patrimônios, observa-se que, devido ao poder aquisitivo de cada categoria, ocorre grande discrepância em que pessoas da categoria CB vivem em

casas alugadas, com os patrões e sem nenhum patrimônio. O que chama atenção na pesquisa é a grande quantidade de cômodos das casas da CB. Na categoria CA, todos têm casa própria e patrimônios, sejam eles imóveis, sejam automóveis, com destaque para investimentos em sítios, fazendas e gados. Na questão patrimonial, a diferença entre CB e CA é mais aparente, já que a CB tem dificuldade em poupar por ter apenas o necessário para viver no mês.

A crise sanitária da Covid-19 afetou a toda a população, fazendo que todos passassem a ter mais preocupação com sua saúde e de seus familiares, piorando a situação da CB com maior ênfase. A falta de plano de saúde para muitas famílias acabou acarretando perdas de familiares, pois, durante a pandemia, o serviço público estava lotado, pois não havia vagas para todos os que estavam precisando. Ainda relacionado ao plano de saúde, observa-se que as famílias da categoria CB não possuem plano de saúde, passando a depender apenas dos serviços públicos; ao contrário da categoria CA, na qual boa parte tem plano de saúde e os que não possuem foi por opção, mas, em casos urgentes, têm renda para utilizar e condições de adquirir os remédios necessários.

Ter estabilidade financeira é o principal sonho de muitos entrevistados, principalmente da categoria CB, e isso ocorre pelo atual momento em que eles não possuem renda além do necessário para sobreviver. Contudo, o que chamou a atenção foi parecer que os sonhos da CB estão incluídos e preocupados com outras pessoas, enquanto a CA tem grande preocupação consigo mesmo.

Desse modo, referente a sugestões ao Governo para melhorar a qualidade de vida no município de Rondon do Pará, tanto para a CB, quanto para a CA, é necessário melhorar a educação tanto nos níveis infantil, médio e superior, melhorar o atendimento da população nos hospitais públicos e ter mais oportunidades de emprego.

Assim, respondendo à questão de pesquisa, a desigualdade das classes sociais

em Rondon do Pará se dá, principalmente, pela renda, saúde, trabalho e patrimônio, e é mais acentuada nos quesitos moradia e alimentação.

Como limitação para esta pesquisa, dá-se o fato de não ter havido a oportunidade de se fazer as entrevistas pessoalmente, podendo, assim, analisar como vivem os entrevistados, fazendo observações “in loco”. Devido a entrevistas terem sido feitas pela rede social WhatsApp, houve um pouco de demora para obter as respostas.

Para futuras linhas de pesquisa, propõe-se aumentar a quantidade de entrevistados. Para tanto, sugere-se que, com base nas categorias analíticas apresentadas neste trabalho, seja feita uma pesquisa quantitativa, em que as conclusões possam ser generalizadas.

REFERÊNCIAS

ABEP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISAS. **Critério de classificação Brasil**. 2021. Disponível em: https://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2021.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

ALBERIGI, T. **O Programa Bolsa Família no cenário das políticas públicas**. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/44233/o-programa-bolsa-familia-no-cenario-das-politicas-publicas>. Acesso em: 3 maio 2020.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANFIP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Aumenta desigualdade social no país, revela pesquisa do IBGE**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.anfip.org.br/geral/aumenta-desigualdade-social-no-pais-revela-pesquisa-do-ibge/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

- BARATA, R. B. *et al.* Classe social: conceitos e esquemas operacionais em pesquisa em saúde. **Revista Saúde Pública**, ago. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, 2000.
- BATISTA, A. S.; JACCOUD, L. B.; EL-MOR, P. D. **Envelhecimento e dependência: desafios para a organização da proteção social**. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, Secretaria de Previdência Social, 2008. p. 138. Disponível em: http://sa.previdencia.gov.br/site/arquivos/office/3_081208-173354-810.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.
- BATISTA, V. **IBGE: Brasil continua sendo 9º país mais desigual do mundo**. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/11/12/internas_economia,1204108/ibge-brasil-continua-sendo-9-pais-mais-desigual-do-mundo.shtml. Acesso em: 17 dez. 2021.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva [1966] 1999.
- BOURDIEU, P. **La Distinction**. Paris: Minuit, 1979.
- CEERT- CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES. **IBGE: covid-19 amplia desigualdades sociais e raciais no país**. Maio, 2020. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/dados-estatisticas/26780/ibge-covid-19-amplia-desigualdades-sociais-e-raciais-no-pais>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- CRUZ, N. **Estratificação Social**. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/sociologia/estratificacao-social>. Acesso em: 2 maio 2019.
- CAMPOS, E. M.; CASSIN, M. Classes sociais em Marx e no marxismo, uma aproximação. **Impulso**, v. 28, n. 72, p. 129-138, 2018.
- LIMA, R. de O. Sujeito e história: sobre o conceito marxista de classes sociais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 125-140, 2005.
- JÍMENEZ, Carla. Extrema pobreza sobe e Brasil já soma 13,5 milhões de miseráveis. **El País Brasil**, São Paulo, 6 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html. Acesso em: 2 maio 2020.
- ESTEVES, R. **Desigualdade social em tempos de pandemia**. 2021. Disponível em: <https://exame.com/blog/regina-esteves/desigualdade-social-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência?. **Revista de estudos da linguagem**, v. 26, n. 2, p. 667-686, 2018.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e unidade da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.
- IBGE EDUCA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualda>

- des-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre. Acesso em: 17 dez. 2021.
- JOHNSON, A. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LIMA, M. S. B.; MOREIRA, E. V. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 37, v. 2, ago./dez. 2015.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MARQUES, R. M. Política de transferência de renda no Brasil: a experiência do Bolsa Família. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 237-243, 2008.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1. tomo 2
- MELITO, L. **Arquitetura da destruição das políticas de combate à fome no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2020/02/arquitetura-da-destruicao-das-politicas-de-combate-a-fome-no-brasil/>. Acesso em: 2 maio 2020.
- MENDONÇA, Maria Lírida Calou de Araújo; HOLANDA, Marcus Mauricius. A administração pública municipal como fomentadora do desenvolvimento social e econômico. **Sequência**, Florianópolis, p. 207-231, 2016.
- MILLS, W. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. da C. G.; SILVA, A. L. A. da. Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil. **Interface: comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v. 21, n. 61, 2017.
- MORAES, V. D. de; MACHADO, C. V. O Programa Bolsa Família e as condições de saúde: desafios da coordenação intergovernamental e intersetorial. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 129-143, 2017.
- NERI, M. C. **Entrevista**: “Reduzimos a pobreza e ajudamos a manter a economia girando. O desafio agora é que as pessoas sejam mais protagonistas de suas vidas”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas IPEA. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18525&Itemid=2. Acesso em: 1 maio 2020.
- OLIVEIRA, T. M. V de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. 2001. **Administração online**, v. 2, n. 3, 2017.
- PACHECO, Deyse Macedo; SOUSA, Andrey; COSTA, Nelson Nery. A gestão pública municipal e a dependência financeira em face do pacto federativo de 1988. **Revista Gestão em Análise**, v. 13, n. 2, p. 24-34, 2024.
- PITOMBEIRA, D. F.; OLIVEIRA, L. C. de. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33972019>. Acesso em: 5 jan. 2022.
- REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- ROCHA, E. C. da. Estudo sobre o Programa Bolsa Família: Análise das Condições de Educação e sua Interlocução com o Sistema Único de Assistência Social. **Humanidades em Perspectivas**, v. 3, n. 2, 2018.
- RUCKERT, I. N. J.; RABELO, M. M. O Programa Bolsa Família e os esforços para a redução da pobreza. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 83-98, 2013. Disponível em: [R. Gest. Anál., Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 105-121, set./dez. 2024](https://revistas.planejamen-</p></div><div data-bbox=)

to.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/2881. Acesso em: 15 dez. 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, v. 13, p. 155-163, 2010.

SILVA, F. G. Desigualdade social no Brasil. **ETIC – Encontro de Iniciação Científica**. Presidente Prudente: Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, 2012.

WEBER, M. Classe, status, partido. *In*: VELLOHO, O.; PALMEIRA, M.; BERTELLI, A. **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.